

Populações Indígenas: Algumas Particularidades Nesta Frente de Trabalho

Foto: Fábio de Oliveira Freitas



*Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento*

Documentos348

Populações Indígenas: Algumas Particularidades Nesta Frente de Trabalho

Fábio de Oliveira Freitas

Exemplares desta publicação podem ser adquiridos na:

Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Endereço: Parque Estação Biológica – PqEB – Av. W5 Norte
Caixa Postal 02372 – Brasília, DF – Brasil – CEP: 70770-917

Fone: (61) 3448-4700

Fax: (61) 3340-3624

Home page: <http://www.cenargen.embrapa.br/>

E-mail (sac): sac@cenargen.embrapa.br

Comitê Local de Publicações

Presidente: Maria Isabela Lourenço Barbirato

Secretário-Executivo: Thales Lima Rocha

Membros: Daniela Aguiar de Souza Kols

Lígia Sardinha Fortes

Lucas Machado de Souza

Márcio Martinelli Sanches

Rosamires Rocha Galvão

Suplentes: Ana Flávia do Nascimento Dias Côrtes

João Batista Tavares da Silva

Revisão de texto: José Cesamildo Cruz Magalhães

Normalização bibliográfica: Ana Flávia do Nascimento Dias Côrtes

Ficha catalográfica: Rosamires Rocha Galvão

Editoração eletrônica: José Cesamildo Cruz Magalhães

Foto da capa: Fábio de Oliveira Freitas

1ª edição (*online*)

Todos os direitos reservados.

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

As opiniões nesta publicação são de exclusiva e de inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Freitas, Fábio de Oliveira

Populações indígenas: algumas particularidades nesta frente de trabalho / Fábio de Oliveira Freitas.

— Brasília, DF: Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 2015.

27 p. - (Documentos / Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, 348).

1. Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia. 2. Etnobiologia. 3. Etnoecologia. I. Título. II. Série.

Autores

Fábio de Oliveira Freitas

Doutor em Genética e Melhoramento de Plantas, Pesquisador da
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Apresentação

As populações tradicionais e indígenas ocupam uma porção representativa do povo brasileiro pela diversidade cultural, enriquecendo-a com suas particularidades e histórias, seus ritos, mitos, conhecimentos sobre o meio onde vivem e o relacionamento com a natureza.

Por essa riqueza cultural e, ao mesmo tempo, por questões sociais (saúde, problemas agrários, resgate de fatores culturais perdidos, entre outros), vem crescendo o número de trabalhos com essas comunidades, em que, diferentemente de um passado recente, especialistas de áreas cada vez mais distintas estão se envolvendo em ações com esses povos.

A Embrapa, por sua experiência na área agrícola, vem sendo demandada a apoiar algumas dessas populações, principalmente na questão de segurança alimentar e na recuperação e conservação de recursos genéticos – espécies e variedades utilizadas pelas populações.

Ocorre que muitas vezes o especialista de sua área não foi e não está preparado para trabalhar com essas populações tradicionais e indígenas devido às muitas particularidades e dificuldades inerentes a este tipo de atividade, desde diferenças culturais, adaptações de metodologia à realidade local, até mesmo por questões de adaptação a diversos ambientes de trabalho.

Neste trabalho, apresentam-se alguns pontos, particularidades e exemplos reais do que deve ser levado em conta quando se pretende iniciar um trabalho com tais comunidades, para, inicialmente, verificar se o profissional apresenta o perfil mínimo para este tipo de trabalho. E, quando for conduzi-lo, salientar a necessidade de fazê-lo com um planejamento balizado por fatores e particularidades aos quais estará exposto, a fim de ajudar a garantir o sucesso do trabalho.

Assim, com base em dados, relatos e vivência de campo, esta publicação reúne pontos e observações consideradas úteis para o profissional que se inicia em um trabalho com populações tradicionais e indígenas.

Boa leitura e bom trabalho!

José Manuel Cabral de Sousa Dias
Chefe-Geral
Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia

Sumário

| | |
|---|-----------|
| Introdução..... | 07 |
| Populações tradicionais e indígenas brasileiras..... | 07 |
| Relacionamento..... | 08 |
| Fundiário..... | 09 |
| Diferenças culturais, língua, comportamento e gênero..... | 10 |
| Benfeitorias nas aldeias e sedentarismo..... | 12 |
| Aumento da população, aumento da pressão por recursos genéticos no território, poluição..... | 13 |
| Choque de gerações..... | 13 |
| Maior fluidez do recurso financeiro às aldeias..... | 14 |
| O índio contemporâneo com seus ecos culturais do passado..... | 16 |
| Legislação..... | 17 |
| Fazer as perguntas corretas do que se pretende executar. Seus objetivos estão bem claros?..... | 18 |
| Como escolher onde e com quem se quer trabalhar?..... | 18 |
| Como conseguir ser aceito na comunidade?..... | 18 |
| O foco do trabalho continua na direção correta?..... | 19 |
| Qual a metodologia a ser adotada?..... | 19 |
| Quais são as pessoas-chave da comunidade?..... | 19 |
| Qual será o cronograma do trabalho?..... | 20 |
| Qual é o custo e a disponibilidade de recursos?..... | 21 |
| Qual o tempo disponível para o trabalho de campo?..... | 21 |
| Eu tenho o perfil para o trabalho proposto?..... | 22 |
| Qual o nível de envolvimento da comunidade com o projeto?..... | 22 |
| O projeto ou o projeto?..... | 24 |
| Isso está dentro do bom senso?..... | 24 |
| Referências bibliográficas..... | 26 |

Populações Indígenas: Algumas Particularidades Nesta Frente de Trabalho

Fábio de Oliveira Freitas

Introdução

Uma dúvida frequente para quem vai iniciar um trabalho junto a comunidades tradicionais e indígenas é qual método adotar na execução da tarefa. Esta pergunta simples vem em oposição à grande dificuldade da resposta. Não existe uma única resposta, pois o que serve para um caso pode ser desastroso para outro. Ao mesmo tempo, o próprio perfil da pessoa que irá se relacionar com as populações acaba delineando a escolha do método a ser adotado. Por exemplo, existem pessoas que têm facilidade para trabalhar com um grande número de indivíduos ao mesmo tempo, sentem-se bem à vontade de falar para grandes plateias, enquanto outros preferem o contato mais individualizado e intimista.

Na tentativa de auxiliar os grupos que estão iniciando seus trabalhos com tais comunidades, procuramos reunir uma série de pontos que acreditamos ser importantes no desenvolvimento e na construção do próprio profissional que irá se relacionar com povos indígenas.

Desse modo, neste trabalho não iremos apresentar um modelo padrão de trabalho de campo, mas sim mostrar a enorme variedade de fatores e particularidades que permeiam e/ou são intrínsecas às comunidades tradicionais e indígenas e, assim, devem ser levadas em conta na elaboração da metodologia de trabalho de campo, a fim de que ambas as partes consigam atingir seus objetivos e obter os melhores resultados. Iremos focar nas comunidades indígenas, pois é a que temos maior experiência, mas muito do que é apresentado pode ser transportado, em essência, para outras comunidades tradicionais.

Populações tradicionais e indígenas brasileiras

Uma mudança recente na legislação brasileira foi o reconhecimento oficial de uma série de grupos tradicionais brasileiros, por meio da publicação no Diário Oficial da União do Decreto 6.040, de 7 de fevereiro de 2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e das Comunidades Tradicionais. Além das populações indígenas e quilombolas, que já eram reconhecidas, foram incorporadas neste rol uma série de outras populações, cada qual com suas particularidades culturais e históricas. Isso permite que essas comunidades possam ser inseridas dentro de políticas públicas diferenciadas e que projetos e trabalhos sejam delineados, respeitando suas características próprias.

Entretanto, o número exato de pessoas dentro do universo das populações tradicionais brasileiras ainda não é conhecido. Uma das estimativas mais amplas mostra que, somadas, as populações tradicionais brasileiras representem mais de 25 milhões de pessoas, ou seja, algo em torno de 1/8 da população brasileira. Este número, por si só, já aponta a dificuldade ou mesmo a impossibilidade de tentar padronizar uma metodologia de trabalho.

Já no caso das populações indígenas, existem números mais confiáveis e oficiais. Segundo a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), hoje no Brasil se reconhece a existência de 225 etnias ou sociedades indígenas, entre as quais são faladas 180 línguas. Além destas, estima-se que pode haver em torno de outras 63 sociedades ainda isoladas, não contatadas.

Sua população geral é ao redor de 600 mil pessoas, sendo que 2/3 delas vivem em aldeias e o restante nas cidades. Acredita-se que no ano de 1.500, quando os primeiros colonizadores europeus aqui aportaram, a população indígena total era entre 2 e 4 milhões de pessoas.

Ou seja, ocorreu uma drástica redução de tamanho e, por consequência, uma grande perda humana e cultural, em que as populações remanescentes são os descendentes apenas de parte do que existia. Do mesmo modo, a cultura desses povos atuais também é uma mistura do que sobreviveu ao longo do tempo, tanto devido a perdas ocorridas pela extinção de muitos grupos humanos como devido a mudanças inatas na cultura de cada povo – sejam mudanças em virtude de fatores internos ou externos.

Desse modo, dentro do objetivo deste trabalho (focando as comunidades indígenas), o primeiro ponto que já deve ser suscitado é a grande diversidade cultural existente. Cada uma dessas etnias tem uma história distinta, seja intrínseca a sua cultura (tradições, mitos, ritos), assim como as que envolvem o contato com outras comunidades e, mais particularmente com a nossa sociedade “ocidental”. Conforme já mencionado, existem desde grupos ainda isolados, portanto com praticamente nenhuma influência e conhecimento de nossa sociedade, até aqueles grupos já tão influenciados que em termos de comportamento e dia a dia são muito mais parecidos com nossa sociedade ocidental do que com outros grupos indígenas culturalmente mais preservados.

Como exemplo disso, temos visto nos últimos anos a “ressuscitação” e/ou o “resgate” de alguns grupos/etnias indígenas, principalmente na região Nordeste do Brasil, onde historicamente o contato com o colonizador ocorreu há mais tempo e, muitas vezes, de forma não amistosa. Ou seja, alguns grupos estão vivendo um processo de “recuperação” cultural, ou mesmo uma neogênese. Neste último cenário, devido ao fato de que em alguns casos a cultura tradicional dos grupos foi de tal maneira perdida – incluindo língua, ritos e mitos – que alguns deles estão se estruturando por meio do “empréstimo” de características culturais de outros grupos indígenas e de registros de dados históricos.

Desse modo, percebe-se que enquanto existem desde grupos culturalmente tradicionais, com pouca ou nenhuma influência da nossa sociedade, também existem grupos muito aculturados, mas somente com traços (genética, cultural) tradicionais. Sendo assim, a forma de interagir com cada um desses grupos vai diferir, assim como possivelmente os objetivos.

A partir deste ponto, iremos relacionar e aprofundar algumas particularidades inerentes à cultura e à história dos povos indígenas que acreditamos serem dicas úteis no processo de fomento e elaboração da ideia do trabalho e, também, ao longo da própria dinâmica de sua execução.

Relacionamento

Como dito anteriormente, o tempo de contato destas populações com a nossa sociedade também influi muito na preservação cultural de um dado povo indígena. Além disso, a forma com que essas comunidades foram contatadas também tem forte impacto na evolução de uma dada sociedade e sua relação com o entorno.

Existem desde casos em que o contato foi pacífico desde o seu início (por exemplo, com a maior parte dos índios da região conhecida como Alto Xingu, no estado do Mato Grosso), assim como exemplos de contatos conflituosos, muitos dos quais resultando em massacre e extinção de determinados grupos indígenas.

Essas maneiras diferentes de modo de contato acarretam um impacto diferenciado na cultura destes povos.

No contato amistoso, há uma troca cultural, podendo ser mais intensa ou não, de acordo com o próprio interesse de cada população, enquanto que no caso do contato não amistoso o relacionamento foi ou é impositivo.

Mesmo em casos de contato aparentemente amistoso, pode haver imposição de nossa cultura sobre a deles. É o caso recorrente, por exemplo, de grupos missionários, os quais acreditam que precisam levar um “conforto espiritual” às populações indígenas, mesmo sem conhecer quais são as crenças da comunidade em si.

Historicamente, os grupos indígenas brasileiros foram contatados por diferentes atores de nossa sociedade, entre os quais se destacam: colonizador, bandeirante, agricultor, seringueiro, minerador/garimpeiro, madeireiro, missionários, governo, militares, universidades, ONGs, empresas, entre outros.

Um exemplo da influência diferenciada que cada um desses grupos de contato pode acarretar sobre as populações tradicionais pode ser explicitado no caso dos índios lanomâmi. Esses índios foram primeiramente contatados por garimpeiros. Entre os resultados desse contato, destacam-se problemas de saúde (epidemias), ambientais (poluição de rios e desmatamento) e, de forma mais drástica, conflitos e extermínios.

Posteriormente, a partir de meados do século XX, frentes missionárias (católicas e evangélicas) começaram a se instalar entre os índios (não vamos adentrar na discussão do mérito disso, mas sim registrar um dos impactos culturais que isso acarretou).

Nessa frente missionária, algumas comunidades lanomâmi acabaram sendo “colonizadas” por missionários evangélicos, enquanto outras comunidades foram contatadas por católicos. Isso fez com que o relacionamento entre parentes que se situavam em localidades com diferentes formações missionárias ficasse prejudicado. Ou seja, barreiras culturais entre diferentes grupos lanomâmi foram geradas por motivos externos à própria cultura deles. E, nesse aspecto, ao se trabalhar inicialmente com um dos grupos, fica difícil conseguir ampliar o trabalho com o outro grupo, pois o pesquisador fica estigmatizado por ter preterido “um dos lados”.

Fundiário

Outra realidade que encontramos em relação às comunidades indígenas é a sua situação fundiária. Existem comunidades em situação ideal, que habitam seu território tradicional e este está demarcado (exemplo: índios do Alto Xingu). Outras possuem território demarcado, mas não é o seu local tradicional de habitação (exemplo: índios Xavante). Outros possuem território parcialmente demarcado (seja tradicional ou não). Por último, há os casos de populações em que seu território não está demarcado (exemplo: Guarani-Caiuá, no estado do Mato Grosso do Sul).

Isso influencia inclusive a dinâmica cultural, pois se estão em territórios distintos do que habitavam, há ou houve a necessidade de se adaptarem a ele. Por exemplo, em termos de disponibilidade de recursos genéticos (espécies encontradas no meio ambiente as quais as populações utilizam para alimentação, artesanato, construção, instrumentos, ritos), no novo território pode não haver aquelas espécies que eles usam tradicionalmente no dia a dia (exemplo: castanha-do-brasil, caça), ou mesmo esporadicamente para uma função específica (remédios, madeira para confecção de arco, remo, etc.).

Assim, o tempo em que já se encontram no novo território influi, uma vez que permite um maior ou menor tempo de aprendizagem ao novo ambiente. De forma complementar, se o novo ambiente possui um bioma próximo ao de sua área tradicional, ou do contrário, também irá influir fortemente em sua adaptação e relação com o meio.

Ainda há casos em que as populações foram retiradas ou fugiram de suas terras tradicionais, ficaram um tempo em alguma outra área e posteriormente retornaram para seu território tradicional. Isso pode ser visto no caso dos índios Panará (ou Krenankore). Devido à chegada das frentes de expansão, na década de 1970

eles foram deslocados da região que habitam no Sul do Pará para o Parque Indígena do Xingu, no Nordeste do estado do Mato Grosso. Entretanto, não se adaptaram à nova região e aos poucos foram migrando, formando aldeamentos de curta duração em um dado local e migrando novamente, até conseguirem retornar ao local tradicional de seus antepassados e, desse modo, gerando uma demanda de criação de uma reserva deles, a qual foi posteriormente atendida.

Apenas um parêntese ao texto geral, como forma de registrar esta parte da história dos índios Panará. Nesse deslocamento de retorno a sua terra natal, muitas foram as dificuldades enfrentadas, principalmente fome, uma vez que ao se mudarem para uma nova área, não tinham roça pronta para utilizarem e, em determinados momentos, mudaram-se para um novo local antes mesmo de colherem o que haviam plantado. Além disso, durante esse tempo de deslocamento, não houve o nascimento de nenhuma criança entre eles. Eles simplesmente optaram em não conceber nenhum filho enquanto não concluíssem a jornada de retorno. Ou seja, foi um período de intensa pressão na estrutura cultural e numérica daquele povo.

Retomando à linha da questão fundiária, um caso parecido ao dos Panará ocorreu com os índios Xavante de Maraiwatsede, um dos diversos territórios dentre os distintos existentes das múltiplas “linhagens” dos Xavante. Ali, em meados do século XX, os índios foram retirados de suas terras e levados para ocuparem parte de outro território já ocupado por índios Xavante, em Água Branca. Como eram facções inimigas, muitos problemas foram gerados nesta convivência.

Décadas depois, ganharam o direito de receber sua terra de volta. Entretanto, seu território já estava tomado por dezenas de fazendas, o que além de dificultar a reintegração de posse, devido a inúmeras liminares sendo julgadas pela justiça, trouxe um problema mais grave e de solução apenas de médio e longo prazo.

O problema que encontraram ao retornar e ocupar parte daquela região tradicional foi que se depararam com um ambiente arrasado. Basicamente não havia mais vegetação nativa em boa parte da região. A maior parte da vegetação natural foi cortada, seja para uso da madeira, seja para transformá-la em plantação e pasto. Desse modo, para um grupo humano que possui sua tradição cultural e alimentar na caça, uma área onde a vegetação sumiu, a disponibilidade de caça é muito inferior àquela que existia quando dali saíram décadas atrás, portanto com forte impacto em sua cultura.

Diferenças culturais, língua, comportamento e gênero

Uma regra geral que temos de ter em mente é que, ao se trabalhar com uma cultura distinta da nossa, sempre seremos estrangeiros. Por mais que o relacionamento perdure e nos integremos ao cotidiano daquela sociedade, conheçamos detalhes cada vez maiores de sua cultura, nunca faremos parte dela! Apenas o nível de respeito e a confiança entre as partes serão maiores. O inverso também é verdadeiro. E isso não significa problema algum; pelo contrário, é apenas um fato.

Ainda, por sermos de culturas diferentes, há particularidades no modo de agir, pensar, interpretar e bagagem cultural que faz com que tenhamos que adaptar maneiras de interagir e passar informações. Um exemplo que ilustra muito bem esse ponto é de um grupo de pessoas que foi trabalhar em uma área na África, onde havia muitos casos da doença popularmente conhecida como “doença do sono”. Essa doença frequentemente fatal, também conhecida como tripanossomíase africana, é causada pelo parasita unicelular *Trypanosoma Bruce*, que é transmitido pela mosca Tsé-Tsé. Esse grupo estava querendo ensinar à população local maneiras de evitar ser picada pelo inseto. Para tanto, prepararam uma apresentação para a comunidade, com muitas ilustrações e fotos ampliadas do parasita, da mosca, do ciclo da doença e maneiras de se prevenir.

Transcorridos alguns dias após a apresentação, viram que a comunidade não havia adotado as recomendações do grupo. Procuraram saber se eles tinham entendido os perigos da doença e como se proteger. Sim, afirmaram de imediato. Entretanto, disseram que não estavam fazendo nada a respeito e não estavam preocupados com aquela doença apresentada pelo grupo porque naquela região não existia aquele “moscão”

que apareceu nas fotos. Ou seja, aquela comunidade, que não tinha ainda conhecimento de fotografia, não percebeu que as imagens mostradas eram ampliações da mosca que ali existia!

Conclusão: às vezes, por melhores que sejam as intenções e as metodologias utilizadas, as diferenças culturais, o modo de pensar e interpretar e a bagagem de conhecimento fazem com que pequenos detalhes derubem todo o esforço. A maneira de interpretar e assimilar uma informação pode ser extremamente distinta, dependendo da vivência e da bagagem cultural de cada um.

A própria forma de classificar as coisas é distinta. Por exemplo, para os índios do Alto Xingu, primos diretos são considerados como irmãos. Assim, se você estiver fazendo uma pesquisa de parentesco, pode surgir uma série de dúvidas para fechar a árvore genealógica das famílias locais. Isso serve também no caso de classificação de animais, plantas e solos, uma vez que os critérios utilizados na distinção local podem ser muito distintos da classificação adotada pela ciência atual.

Outro ponto que interfere na relação é a questão de gênero. A divisão de conhecimento, tarefas e direitos entre homens e mulheres diferem muito em cada comunidade. Às vezes, por melhor que seja o relacionamento e a aceitação de nosso trabalho com um determinado grupo, pode haver limitações de acesso e compartilhamento de informações pelo simples fato de que a informação, conhecimento ou fator cultural focado é partilhado prioritariamente por um dos gêneros daquela comunidade e você é do sexo oposto ao qual aquele aspecto cultural diz respeito. Ou seja, seu acesso a este tipo de assunto pode ficar limitado ou mesmo inviabilizado.

Exemplo disso ocorre em muitas tribos do Alto Xingu, onde existem algumas flautas sagradas que são utilizadas em festas e rituais, sendo guardadas dentro da casa dos homens, localizadas na área central do pátio da aldeia. Essas flautas não podem ser vistas pelas mulheres, e o descumprimento dessa regra é passível de punição severa. Desse modo, por melhor que seja a interação da mulher que esteja trabalhando com eles, de modo geral, não poderá ver e até mesmo conhecer todos os detalhes sobre aquela flauta. Esse exemplo serve para diversos aspectos do cotidiano de muitas comunidades, até mesmo para nossa sociedade ocidental, que mesmo com uma grande diminuição de divisões de gênero conquistado ao longo dos anos, ainda persistem aspectos culturais mais relacionados a um gênero ou outro.

Algumas particularidades culturais podem até mesmo nos chocar em um primeiro momento. Por exemplo, para os índios Xavante, na hora da refeição os adultos são os primeiros a se servir, e o que sobrar fica para as crianças. E às vezes sobra pouco! É um pensamento normalmente oposto ao que encontramos em nossa sociedade de modo geral. Entretanto, quando indagados sobre essa prática, na interpretação deles, o adulto que trabalha e caça tem de estar o mais saudável possível, exatamente para estar forte e preparado a fim de trazer alimento para os demais da casa. Se houver pouca comida e eles alimentarem as crianças primeiro, os adultos podem ficar fracos, e em breve todos podem acabar morrendo. É uma maneira particular de pensar, mas moldada em anos de labuta pela sobrevivência e restrição alimentar, e que não pode simplesmente ser questionada por outra sociedade que pensa de forma distinta.

Simplesmente é assim! Este é um ponto importante de convívio e aprendizado. Se você quer conhecer e respeitar outra cultura, esteja aberto para aprender outros valores e tentar entender o porquê deles fazerem algo de maneira diferente da qual se esperaria que “naturalmente” as pessoas o fizessem.

E simplesmente aprenda que alguém pensa diferente! Por mais estranho que pareça algo ou que você não concorde com isso, não tente mudar a cultura alheia. Séculos de preceitos, preconceitos e massificação de modos de pensamentos e costume ocidentais foram impostos aos índios nas mais diversas questões conflituosas com a da sociedade preponderante. Por mais que acreditemos que nossa ideia de mudança da cultura deles seja benéfica, por que sempre temos que ter a prepotência de achar que estamos certos? Milhares de guerras entre povos já ocorreram ao longo da história do nosso planeta, e o resultado da maioria delas foi a submissão cultural dos povos vencidos pelos conquistadores, impondo suas ideias, línguas, religiões e costumes aos derrotados. Assim, é bom tentar evitar, em situações nas quais haja ideias distintas, partir da

premissa de que o que penso é o certo e por isso devo impor esta ideia ao outro.

Ao mesmo tempo, a interpretação equivocada do estereótipo do bom selvagem – ideia concebida por volta de 1762 pelo filósofo suíço Jean Jacques Rousseau no contexto do Iluminismo – atualmente gera muitas distorções e muitos problemas. De acordo com a paranoia atual, em que tudo deve ser realizado dentro do politicamente correto, muitos grupos de ativistas utilizaram o mito do bom selvagem de forma cega, defendendo que a relação dos índios com a natureza e o meio ambiente é perfeita e, portanto, não precisa de ajustes ou mesmo de adaptações à realidade atual.

Essa ideia não é verdadeira, e muitos exemplos contrários a ela são facilmente enumerados, alguns dos quais ao longo deste trabalho. Assim, ajustes e adaptações, dentro da medida do bom senso e levando-se em conta os argumentos já descritos em relação ao respeito à cultura alheia, cabem em projetos específicos, mas sempre com extremo cuidado a ser dado à “segurança cultural” da comunidade com a qual se trabalha. Respeito e humildade, para não achar que sabe tudo, é uma bagagem a ser sempre carregada nos trabalhos.

Benfeitorias nas aldeias e sedentarismo

Outro aspecto de mudança de comportamento de muitas comunidades tradicionais atuais é o fato de que benfeitorias estão sendo construídas dentro de seus territórios e aldeias. Por exemplo, construções de alvenaria, como casas, escolas, postos de saúde, poços artesianos, caixas d’água e sistemas de encanamento para as casas ou malocas, fazem com que uma aldeia tenda a ficar mais sedentária.

Atualmente comunidades com histórico de mudanças frequentes de locais de suas aldeias mudam muito menos e, quando o fazem, muitas vezes o deslocamento é para um local muito próximo ao que já habitam, de modo a aproveitar boa parte da infraestrutura já existente.

Isso causa uma mudança não apenas de comportamento, mas pode acarretar um maior impacto sobre o meio em que vivem. A exploração de um determinado recurso, seja alimentar ou de uso cotidiano, como de espécies utilizadas na construção das ocas, acaba sendo maior para aquelas comunidades que permanecem por períodos mais longos em um mesmo local, exercendo uma pressão sobre determinados recursos. Ao mudar para uma área distante, a chance de recuperação do meio ambiente aumenta.

Desse modo, o que começa a ocorrer em muitas comunidades é que uma tradição ou um comportamento que acarretava um determinado nível de impacto no meio ambiente, mas que devido à mudança era menos sentida, atualmente causa um impacto muito maior, a ponto de gerar problemas no equilíbrio ambiental e cultural da comunidade.

Os índios Xavante, por exemplo, sempre foram seminômades e praticaram a caça e a coleta como a principal fonte de alimento, e a agricultura de forma complementar. Eles faziam pequenas roças de tubérculos, que necessitam de menos cuidados agrícolas e também podem ser colhidos em épocas distintas (pode-se colher uma mandioca depois de um ano ou um ano e meio ou mais – a diferença é que ela fica mais fibrosa, mas pode-se utilizá-la). Desse modo, eles migravam por um extenso território para caçar e plantar diferentes roças deixadas em pontos estratégicos. Assim, a caça sempre foi abundante, pois eles não ficavam muito tempo em cada lugar. Atualmente, além de eles terem sido alojados em regiões de cerrado mais pobre, onde fazendas ao redor eliminaram boa parte da vegetação nativa, diminuindo assim a capacidade de suporte de espécies animais, eles se tornaram sedentários. Ao se tornarem sedentários e continuarem com a cultura de caça, a pressão sobre as espécies animais aumentou, principalmente se analisarmos a técnica tradicional de caça deste povo, conhecido como círculo de fogo.

O círculo de fogo, de modo simplificado, se faz por meio da colocação de fogo, primeiramente em uma pequena área no meio da vegetação e, posteriormente, caçadores vão colocando fogo na vegetação ao redor, ao longo de um perímetro maior em torno daquela área previamente queimada. Isso faz com que os animais

corram, fugindo do fogo, para a região central, já queimada, onde os índios estão esperando para abatê-los. Ou seja, é um método muito eficiente de atrair a caça para um dado local, mas faz com que, com o uso repetido em uma dada região, a vegetação acabe sofrendo e, principalmente, a regeneração das espécies animais seja cada vez mais dificultada. Dessa forma, esse povo, em uma nova situação de sedentarismo, tem que adaptar sua tradição cultural. Como fazer isso e como ajudá-los sem interferir de modo substancial em sua cultura é um desafio ao trabalho.

Aumento da população, aumento da pressão por recursos genéticos no território, poluição

Outra realidade que vem ganhando espaço nas últimas décadas, relacionada ao maior sedentarismo e à melhoria das condições de saúde e de direitos (principalmente de terras, minimizando conflitos), permitiu um aumento do índice da taxa de crescimento das populações indígenas. Atualmente, segundo a FUNAI, a taxa de crescimento das populações indígenas é ao redor de quatro vezes acima do índice médio de crescimento da população nacional.

E isso, somado ao maior sedentarismo, repercute no impacto sobre o meio ambiente dentro da reserva. Com a aquisição de quantidade cada vez maior de produtos industrializados da cidade, começa a haver problemas de lixo, uma vez que até então todo o lixo gerado era orgânico. Além disso, a essa geração “interna” soma-se a própria poluição que vem de fora, como agrotóxicos das fazendas ao redor, poluição de nascentes de água de rios que passam por seus territórios, desmatamento, entre outros.

Isso faz com que eles estejam encontrando problemas que não faziam parte de sua cultura. Dessa forma, caso tenhamos de executar um trabalho que permeie esse foco, a pessoa tem que levar em conta que é algo novo, e a execução tem que ser pensada e discutida de forma muito integrada junto à população.

Choque de gerações

Uma realidade atual é que, no espaço de poucas gerações, grandes mudanças ocorreram na dinâmica cultural de muitas comunidades indígenas, gerando uma diferença muito grande entre os mais velhos e mais jovens.

Enquanto em muitas etnias muitos dos velhos não falam o português e nunca saíram de seus territórios, o jovem fala o português fluentemente, visita com frequência a cidade ou mesmo já morou por períodos longos nela, seja estudando ou trabalhando. Com isso, ao retornarem a sua aldeia, muitos já questionam as antigas tradições e não seguem o que os mais velhos dizem que é o certo a fazer.

Esse choque de gerações é comum em qualquer sociedade, e muitas foram as rupturas entre gerações registradas na nossa história dentro deste planeta e, no foco deste caso, as populações indígenas não são exceção. E cabe a eles também saber o que querem mudar e em qual intensidade. Entretanto, o que vemos é que a direção e a intensidade da mudança não têm influência só de dentro da comunidade indígena, mas é extremamente influenciada e, em alguns casos, imposta por nossa sociedade.

Com nossas leis, por exemplo, acabamos por fazer com que eles tenham que se organizar em associações, com presidente, tesoureiro, para poder receber apoio a projetos, assinar autorizações de trabalho, serem contratados como professores ou agentes de saúde, entre outros. E quem tem mais facilidade para organizar isso e assumir esses postos são exatamente aqueles jovens que tem uma relação maior com a cidade, fazendo com que surja uma hierarquia paralela àquela tradicional do cacique. Uma ordem do cacique pode ser questionada por aquele que traz dinheiro para dentro da aldeia.

O impacto da nossa sociedade chega inclusive pelo ar. Por exemplo, no Alto Xingu, em meados da década de 1990, era muito raro encontrar uma televisão na aldeia. Havia uma velha no posto da FUNAI e às vezes

uma por aldeia, no máximo! E mesmo aquela, era ligada com frequência pequena, devido à limitação de combustível para colocar no gerador, ou por necessitar de algum conserto ou devido à questão de interesse mesmo – assistir ao futebol preponderava.

No espaço de 10 anos, explodiu o número de TVs, que são cada vez mais modernas. A porcentagem de televisões de tela plana em uma aldeia no Alto Xingu, em dado momento, era maior do que se via nas cidades brasileiras, sem exagero.

E o que chama a atenção é o grau de hipnotismo que o aparelho trouxe. Como a recepção local de sinal é feita por satélite (antena parabólica), é muito comum que nos intervalos, no espaço destinado às propagandas regionais, o sinal suma, ficando a tela escura até que a próxima propaganda nacional ou a programação a que estavam assistindo reapareça. Mas olhando a plateia que está a assistir, o incrível é que mesmo nesses vácuos de imagem eles não desgrudam o olhar da tela e nem conversam. Hipnotismo puro!

E em relação à conversa, este é outro ponto de muita mudança na cultura. Por tradição, o final do dia sempre foi um momento de reunião dos homens no centro da aldeia, com os jovens e crianças ficando ao redor, observando e escutando a conversa dos mais velhos. Ou seja, aprendendo e se integrando nas funções que um dia poderão exercer.

Mas o que vemos atualmente é que essas reuniões ficaram cada vez mais curtas e esvaziadas porque os jovens e as crianças se recolhem para suas casas para verem as novelas. Ou seja, mesmo sendo democrático dizer que eles têm o direito de escolher se querem ver ou não a televisão, acabamos por passar a eles nossos conceitos de sociedade por meio do que produzimos e transmitimos, influenciando-os e muito, inclusive no quesito horário, em um lugar onde o tempo sempre foi mais fluido.

A nossa influência acaba modificando inclusive questões relativas ao tempo de duração de certas tradições muito arraigadas nestas comunidades. Abordaremos dois exemplos, novamente entre os índios do Alto Xingu.

O primeiro é em relação ao tempo de reclusão dos filhos durante a puberdade. É um tipo de rito de passagem da criança para a fase adulta, em que os jovens ficam por um dado período confinado as suas casas, sem poderem sair e serem vistos. É nesse período que os pais e avós ensinam a eles suas principais tradições, histórias, saberes e ensinamentos. Rituais são ministrados, efusões são bebidas para fortalecer o corpo e espírito da criança, a fim de que possa completar sua formação.

Há relatos de jovens que ficaram mais de um ano reclusos, principalmente aqueles da linha de chefia. Atualmente essas reclusões são cada vez mais curtas. O jovem não quer ficar mais confinado, acha uma perda de tempo. Da mesma maneira, outro momento de certa reclusão é quando um ente familiar morre e, assim, eles guardam o luto por um determinado período, no qual muitas atividades devem ser sumariamente suspensas.

Entretanto, geralmente devido a compromissos externos à aldeia, muitos já foram os casos de pessoas que deveriam estar guardando o luto, mas tiveram de sair para participar de reuniões nas cidades e depois retornarem. Seria algo realmente inconcebível até pouco tempo atrás.

Maior fluidez do recurso financeiro às aldeias

Um fator que mudou muito nos últimos tempos, e que está relacionado ao item anterior, é a questão da facilidade de acesso a bens de consumo nas aldeias. Esse acesso tem várias fontes e pode variar de etnia para etnia. No Nordeste, onde historicamente elas estão já há tempos mais integradas a nossa sociedade, muitas têm fonte de renda de empregos nas cidades e no campo, acesso a bolsas e auxílios do governo (bolsa família, bolsa escola) e aposentadorias. Esta última modalidade prepondera também entre os índios Xavante na região central do Brasil. Já para outras etnias, o ecoturismo vem ganhando espaço, principalmente naquelas

que ainda guardam muito de sua cultura tradicional.

Turistas pagam bons montantes de dinheiro para assistir a festas tradicionais. Outros pagam apenas para passar um tempo no convívio de uma dessas sociedades. E existem ainda aquelas que já começam a explorar o filão do turismo para públicos específicos, como pescadores, por exemplo, que pagam para realizar suas pescarias em um território mais preservado e, desse modo, mais piscoso.

À medida que essas atividades comerciais crescem, mudanças culturais também se impõem às tradições. É o caso do que vimos em 2012 ao descermos de barco o rio Xingu. Em alguns pontos do rio, avistamos placas colocadas pelos índios em algumas praias e, ao indagarmos o que as placas significavam, nosso barqueiro, o cacique da aldeia Ilha Grande, nos informou que eram marcos até onde o turista trazido por uma aldeia pode ir, pois se ele ultrapassar aquele limite tem que pagar também para a outra aldeia que fica próxima. Ou seja, a visão de propriedade, que até então sempre foi muito fluida na cultura indígena, começa a ganhar contornos capitalistas.

E existe ainda o filão de grandes empresas e instituições que pagam aos índios para ter o direito de usarem suas imagens atreladas a produtos, principalmente se querem ligar estes produtos a algo mais natural, ambientalmente sustentável.

Grandes emissoras nacionais e estrangeiras também vêm aproveitando a beleza cultural e natural das comunidades indígenas para fazer documentários, o que de certa maneira é positivo, pois registra tradições e incentiva a manutenção das tradições enquanto elas renderem recursos. E, mais recentemente, até mesmo programas no estilo “reality show” vêm ocorrendo, com atores e personagens de nossa sociedade interagindo com os índios, o que já beira o artificialismo inato a estes programas, mas essa é uma discussão distinta.

Outra fonte de recursos é o dinheiro advindo do chamado fundo de compensação por danos ambientais. No Maranhão, diversas etnias recebem repasses volumosos por suas terras estarem “cortadas” por linhas de transmissões da rede elétrica, entre as usinas geradoras e as cidades. Ou, mais recentemente, compensações pela construção de usinas hidroelétricas e alagamento de terras por barragens.

O fato é que o acesso ao dinheiro aumentou muito, e isso causa muito impacto na cultura indígena. Por exemplo, não há mais tanta necessidade de fazer roça para se alimentar, uma vez que possuem acesso à cidade e dinheiro para comprar alimentos.

Mas isso repercute não apenas no risco de perda cultural e de perda de espécies e variedades tradicionais que eles sempre plantaram, como também, em paralelo, o risco real de aumento de problemas de saúde, como diabetes e pressão alta, pelo consumo excessivo de sal, massas, açúcar, entre outros.

Exemplo disso é que os índios do Xingu obtinham seu sal por meio da extração a partir da planta do aguapé. O sal desta planta é composto pelos elementos químicos KCl e não o NaCl, do sal marinho. Além de o gosto ser diferente, o primeiro não causa aumento da pressão arterial, enquanto o segundo sim.

E, voltando ao foco de metodologia de trabalho que estamos abordando, isso influi muito no alcance dos objetivos a que propomos atingir. Explicando, vem se tornando comum que no diagnóstico de problemas a serem resolvidos, consigamos listar o que é almejado fazer, como por exemplo, fortalecer a conservação de algumas espécies agrícolas tradicionais ou recuperar outras.

Entretanto, entre o diagnóstico e a execução pode haver um abismo enorme, pois muitas vezes os índios não estão mais dispostos ao esforço de resgatar ou assegurar a preservação de um dado material ou uma tradição, uma vez que podem substituí-lo por algo por meio do dinheiro, ou mesmo porque eles já têm outras prioridades e outros compromissos que lhes proporcionam uma fonte de renda.

Mesmo conseguindo identificar que algum produto tradicional está desaparecendo, poucos têm interesse

em preservá-lo. Um exemplo é o feijão-fava, *Phaseolus lunatus*, no Alto Xingu. Percebe-se muito bem um marcador cultural que ainda resiste somente pelo costume dos mais velhos, que são os que ainda plantam. Os jovens, em geral, não apreciam esse tipo de alimento e simplesmente não têm interesse em plantá-lo. Ou seja, é um alimento que está aos poucos desaparecendo.

Desse modo, durante as conversas e entrevistas pode-se identificar demandas que dificilmente conseguirão ser efetivamente realizadas. A não ser que eles realmente percebam a importância daquilo ou, em muitos dos casos, consigamos atrelar outros benefícios a eles durante a execução do trabalho, como pagamento pelo serviço de mateiro, informante, ou fornecimento de algum equipamento que desejam, ou combustível, ou, enfim, algo que visualizem que aquele esforço será recompensado. Atualmente, em boa parte dos casos, só o argumento de preservação cultural ou ambiental já não convence.

O índio contemporâneo com seus ecos culturais do passado

No cotidiano de uma sociedade indígena, convive-se com diferentes “níveis” de tradição cultural, que, grosso modo, pode-se dividir entre o índio contemporâneo, o tradicional ou histórico e o pré-histórico.

O índio contemporâneo a que aludimos neste trabalho é o que está tendo de adaptar a sua cultura tradicional a uma realidade nova que ele vem recebendo de fora, muitas vezes de forma impositiva. É o caso das legislações; de limitações de mobilidade territorial; de problemas de poluição; da discussão sobre uso de suas reservas florestais para venda de crédito de carbono; dos salários e benefícios monetários, entre outros.

Já o índio histórico ou tradicional é aquele que normalmente delineamos como estereótipo ou o cerne de sua cultura milenar. Muitas vezes, é o padrão vislumbrado a ser alcançado nos trabalhos que se realizam com aquelas sociedades. Em muitos enfoques de trabalho, almeja-se que eles preservem seu modo tradicional ou mesmo retornem a ele. Um breve parêntese aqui é que se deve neste ponto tomar muito cuidado para não tentar impor a essas comunidades o “congelamento” de sua cultura, achando que devem ser iguais a seus pais e avós e que não podem evoluir, sofrer modificações. Por definição, a cultura é dinâmica.

É nesse universo, do índio histórico, que estão as tradições, os mitos, ritos, formas de manejo de uso de plantas e animais, artesanato, construções, entre outros. É neste aspecto que o impacto de nossa sociedade e dinâmica cultural pode e vem sendo maior. E muitos trabalhos, inclusive demandados por eles mesmos, tentam fazer com que alguns aspectos do universo cultural de uma dada comunidade consigam retornar do nível contemporâneo para um mais tradicional. É o caso das ações que tentam revalorizar o trabalho das parteiras indígenas, em detrimento da saída da mulher grávida para ter o filho na cidade, ou a revalorização do curandeiro, com suas ervas e seus ritos, em complemento à medicina moderna. Ou mesmo trabalhos que tentam recuperar espécies e variedades de plantas tradicionais que utilizavam e, por algum motivo diverso, perderam. De modo geral, qualquer trabalho que fizermos, iremos atuar com esses dois universos antagônicos e complementares, ao mesmo tempo.

O último universo, o do índio pré-histórico, perpassa o segundo e é aquele em que a história se perde mais no tempo. É de onde colhemos muitas das informações etnobiológicas que permeiam suas tradições. Sejam as histórias de origem do mundo, das plantas e dos animais; seja de onde e como vieram os alimentos que utilizam, enfim, tudo aquilo que deu origem ao que são e que chegou aos dias atuais pela tradição oral. É o que eles mesmos definem como tempo dos seus antepassados. O trabalho neste enfoque é mais abstrato, muitas vezes com dados que variam muito e, desse modo, necessitamos colher tal dado a partir de um número maior de informantes, a fim de que consigamos ter uma ideia mais clara da tradição principal e de suas nuances de variação.

Por outro lado, é o espaço, por exemplo, de trabalhos voltados às disciplinas de arqueologia e história, os quais, por meio de investigações muitas vezes pontuais, conseguem resgatar parte da história de origem e difusão das atuais populações indígenas e de seus materiais tradicionais.

Legislação

Assim como a cultura das sociedades, a legislação também é dinâmica (infelizmente, em muitos casos, menos dinâmica do que deveria ser!). Nos últimos anos, essa linha de trabalho mudou muito e trouxe a necessidade de ampliação de conhecimento sobre legislação e adaptação do meio de trabalho aos limites impostos pelas novas diretrizes das leis.

A lei mais impactante nessa linha de trabalho foi gerada pela medida provisória de 2001, que criou o Conselho de Patrimônio Genético, o qual tem o papel de regular o trabalho desenvolvido com as populações tradicionais e fiscalizar o cumprimento das normas de acesso e uso de conhecimento tradicional associado aos recursos genéticos.

Essa lei, cujo cerne de modo geral é bem-vindo, veio de certo modo atropelada, por um fato que na época se configurava como risco de biopirataria. E por ter sido gerada atropelada, ficou de difícil implementação prática. De concreto, ajudou a padronizar um pouco mais os trabalhos, mas também acabou dificultando as atividades de quem já trabalhava de forma honesta e, a bem da verdade, quem quer fazer biopirataria continua a fazer, com ou sem a lei.

Já para as populações tradicionais, o impacto maior que pudemos constatar foi que mais uma vez elas foram ludibriadas. Diversas campanhas foram feitas, com propagandas maciças mostrando que eles detinham um patrimônio enorme, tanto material (seus recursos genéticos), como imaterial (seu conhecimento tradicional associado a esses recursos), fazendo-os crer que estavam montados em um pote enorme de dinheiro. Por isso mesmo, foram alertados para que não fornecessem esses materiais e conhecimentos a mais ninguém. Na prática mesmo, poucos serão os recursos e conhecimentos que têm potencial para uma geração mais substancial de dividendos econômicos.

Entretanto, por outro lado, um efeito colateral prejudicial pode ser sentido em muitas comunidades, como, por exemplo, no Parque Indígena do Xingu. O exemplo aqui a ser abordado é em relação à rede de trocas de sementes. Tradicionalmente, desde que o homem passou a ser agricultor, a força motriz da difusão pelo mundo da agricultura e da geração de variabilidade foi apoiada na troca de sementes entre os agricultores. Isso sempre serviu como um tipo de tampão para risco de perdas, uma vez que, com a troca de materiais, em caso de um agricultor perder um tipo de semente, ele podia recorrer a um parente, vizinho ou amigo que tinha uma semente parecida com a que perdeu. É o cerne da dinâmica cultural agrícola.

Entretanto, o que temos visto nos últimos anos é que essa rede de trocas vem diminuindo, uma vez que quem detém o material não quer passar para o outro, pois quer se beneficiar do ganho que poderá vir a ter. Vimos diversos exemplos desse tipo entre os índios Kayabi, no Xingu, onde já foram relatados casos de um parente só passar uma semente para o outro depois de torrã-la, ou seja, serve para o outro se alimentar, mas não para plantar.

É algo preocupante em relação ao impacto na conservação de espécies e na geração de diversidade, ainda mais sabendo que, na prática, muito poucos serão os casos em que haverá algum ganho real de uso de amostras coletadas nas comunidades. Ao mesmo tempo, é um novo fator que permeia a relação de nosso trabalho com as comunidades.

Autorizações – Hoje muitas comunidades estão “loteadas”, ou seja, o estado brasileiro, que por lei ainda regula e fiscaliza todo tipo de trabalho realizado junto às comunidades indígenas e, na teoria, é quem deveria autorizar os trabalhos e entrada de pessoas nas reservas, na prática, o cenário é muito distinto.

O estado, principalmente os seus órgãos diretamente relacionados a tais temas, como FUNAI e FUNASA, foram sucateados e enfraquecidos e seu espaço ocupado por ONGs, grupos religiosos, empresas, entre outros. Desse modo, dependendo do local onde se trabalha, as regras e autorizações necessárias não são aquelas oficiais, mas, na prática, aquelas impostas abertamente ou de forma oculta pelo grupo que atua na região.

Desse modo, dependendo de onde você é – grupo, órgão, empresa, etc. –, poderá ter mais facilidade ou não para adentrar e desenvolver seu trabalho.

Até este ponto, focamos principalmente em aspectos da cultura e parte da história dos povos indígenas e de que maneira isto pode ter influência nos objetivos e andamento do nosso trabalho integrado a eles. A partir de agora, com base nesta abertura de diversidade de aspectos que poderemos encontrar no trabalho, partiremos para pontos aos quais temos de nos ater para que a execução do trabalho seja o mais profissional, frutífero e respeitoso possível.

As questões apresentadas a seguir são perguntas que temos de nos fazer não apenas no início de cada trabalho, mas muitas delas devem ser revisitadas ao longo do próprio projeto, a fim de verificar se o nosso prumo continua no rumo certo ou se devemos corrigi-lo. A seguir, apresentamos alguns questionamentos.

Fazer as perguntas corretas do que se pretende executar. Seus objetivos estão bem claros?

O ponto principal para o sucesso de qualquer trabalho é determinarmos claramente qual o objetivo que queremos alcançar. A partir disso, devemos adaptar a metodologia e o cronograma à realidade de onde iremos trabalhar.

Assim, “perder” um tempo para definir bem o objetivo é algo a ser feito sempre. Devemos lapidar a(s) pergunta(s) que pretendemos responder. Identificarmos bem qual é o foco de condução do trabalho, para depois definirmos a metodologia e a forma de execução, pois isso nos garantirá um trabalho com menos tropeços.

Como escolher onde e com quem se quer trabalhar?

É comum escutarmos alguém chegar procurando trabalho e a pessoa dizer: quero trabalhar com tal etnia. O motivo disso é o mais diverso possível, mas o que vemos é que muitas vezes a pessoa não tem clareza sobre o que irá fazer, apenas quer estar lá.

É fundamental termos uma empatia com as pessoas que iremos trabalhar, mas, ao mesmo tempo, devemos estruturar pelo menos uma linha mestra do que queremos fazer, para inclusive podermos articular junto à comunidade nossas intenções, a fim de não parecermos um turista.

Por outro lado, existem aqueles que já possuem uma linha de trabalho específica com a qual querem trabalhar, mas necessitam procurar o local para exercer seu trabalho. E isso pode ser às vezes mais difícil, pois temos que casar a necessidade ou o interesse da comunidade com aquilo que desejamos trabalhar, com empatia entre os lados, ambiente de trabalho, custos, disponibilidade, entre outros fatores.

Como conseguir ser aceito na comunidade?

Um passo essencial ao trabalho é conseguir o aceite da comunidade. Esse passo é muito facilitado quando somos apresentados à comunidade por meio de alguém que já possui um bom relacionamento com seus membros.

Mas por mais facilitada que seja nossa entrada na comunidade, nós seremos observados, e só com o gradativo acúmulo de tempo, experiência e crescimento de confiança é que nossa fluidez nos meandros daquela cultura será ampliada. Mas ainda haverá limites até onde conseguimos adentrar na cultura da comunidade e isso deve ser muito bem respeitado.

O foco do trabalho continua na direção correta?

Por mais que façamos uma preparação pessoal e profissional para o trabalho a ser realizado, é muito comum vermos pessoas, em um dado momento, se deslumbrarem e perderem o foco do trabalho. Realmente as comunidades indígenas têm muitos encantos e muito temos a aprender com elas, principalmente em questões de crescimento moral. Ao mesmo tempo, muitas poderão ser as demandas que solicitarão para que tentemos atender.

É muito comum verificarmos que, nesse deslumbramento, as pessoas acabam querendo (com a maior das boas intenções) ajudar as demandas que nos chegam por parte de membros da comunidade ou mesmo àquelas que acreditamos serem demandas e, sem percebermos, acabamos adentrando nos históricos erros do assistencialismo ou, pior, em querermos modificar hábitos, numa releitura da catequização.

Entretanto, se quisermos ser um bom profissional, devemos saber separar muito bem o que é trabalho das demais coisas. Devemos nos policiar regularmente para ver se o que estamos fazendo está dentro dos objetivos propostos.

Muitas serão as atividades que poderemos participar fora do tema do trabalho, e isso é importante, principalmente para nos integrarmos melhor a eles e a sua cultura. Entretanto, se as atividades “extras” começarem a preponderar e o trabalho começar a ficar de lado, algo de errado, pelo menos profissionalmente, pode estar ocorrendo.

Neste sentido, há situações que ocorrem no dia a dia da comunidade que pode ter desdobramento muito distinto de como esperaríamos que ocorresse, dentro da nossa visão de cultura ocidental. Como relatado, uma dada cultura tem valores e interpretações diferentes da outra. Assim, não devemos julgar muito ou tomar partido em questões internas à cultura deles.

O que pode parecer errado em nossa cultura, na deles é algo normal e vice-versa. Estamos na comunidade de passagem e muito podemos aprender, inclusive a diversidade de pensamentos. Devemos fazer um trabalho em conjunto e não de assistencialismo ou de catequese!

Qual a metodologia a ser adotada?

Esse é um dos pontos principais para o sucesso do trabalho de campo, mas talvez um dos mais difíceis a ser determinado. Primeiramente porque existe uma gama muito ampla de metodologias disponíveis, e a escolha de qual utilizar depende muito do enfoque que queremos dar, da comunidade que estamos trabalhando e, principalmente, do nosso perfil.

Devemos ter a sensibilidade de tentar adaptar a metodologia a esses fatores. Além disso, devemos ficar atentos, pois pode haver necessidade de mudança de metodologia ao longo do processo, à medida que o projeto se desenrole e fique mais claro o cenário e suas relações e dinâmicas. O que vale para um momento pode não valer mais para outro. Mesmo dentro de uma aldeia, podemos ter que adotar mais de uma metodologia, dependendo do grupo de pessoas e do foco que estamos trabalhando.

Quais são as pessoas-chave da comunidade?

Identificar as pessoas-chave da comunidade é um passo grande para a evolução do trabalho. Existem papéis dentro de cada sociedade, e identificar os atores de cada papel é fundamental para aprofundar os pontos do trabalho.

Além disso, existem pessoas natas que se destacam, seja pelo conhecimento, seja pela influência que exercem dentro da própria sociedade, ou mesmo por uma afinidade mútua e, desse modo, identificá-los e fomentar uma relação produtiva com eles é essencial e bastante frutífero.

Ao mesmo tempo, algumas particularidades são interessantes, como, por exemplo, o caso que vivenciamos na aldeia Ilha Grande, da etnia Kayabi, no Xingu. Nesta comunidade, um dos focos do trabalho era com amendoim. E nosso relacionamento maior sempre foi com o cacique, que é um exímio agricultor. Acontece que, por particularidades culturais, ele não pode plantar amendoim. Para tanto, ele tem que “contratar” alguém para isso. Ou seja, por maior relacionamento e abertura que temos com ele, algumas informações transpassavam a ele.

Qual será o cronograma do trabalho?

Talvez o ponto mais difícil de fazermos cumprir no trabalho junto a populações indígenas seja o cronograma. Existe um mundo de fatores que podem fazer com que o cronograma não funcione adequadamente e tenhamos de mudá-lo ou adaptá-lo.

Para começar, o tempo do índio é diferente do nosso tempo. O amanhã dele pode ser realmente amanhã, pode ser depois de amanhã, daqui a uma semana ou nunca ser! E isso não está certo ou errado, apenas é assim. Os compromissos que ele tem, ele coloca numa “lista” de prioridade e esta é muito dinâmica. Não é que ele não tenha compromisso com o que combinou; simplesmente ele achou algo mais interessante ou importante para fazer, deixando o nosso para amanhã!

E se isso vale para quando estamos presentes em campo, vale muito mais quando solicitamos que ações sejam realizadas por eles próprios, sem a nossa presença. Eles precisam estar muito bem engajados, sentir que realmente fazem parte do projeto e acreditar que este trará um benefício importante; caso contrário, o que geralmente ocorre é que, ao retornarmos ao campo, o andamento do serviço dificilmente terá sido realizado de acordo como gostaríamos, dentro de nossa visão protocolar.

Por exemplo, pedir para que fiquem anotando o que comeram ao longo de um período, para que possamos analisar sua dieta; pedir que eles guardem a ossada de animais que caçaram, para termos noção de ciclo de caça; pedir que anotem dados de ações e dias que executaram; pedir para que adiantem alguma tarefa que é necessária para a execução das atividades, para que ao chegarmos já possamos começar logo o trabalho, é algo, como já dito, que dificilmente irá ocorrer, principalmente quando estamos iniciando uma relação com eles.

E, muitas vezes, mesmo quando gerados estes dados científicos, devemos ter muito cuidado ao incluí-los em nosso estudo, pois a confiabilidade científica dos dados pode ser facilmente comprometida, a não ser que, como qualquer pesquisador, tenham recebido adequadamente uma orientação para tal.

Voltando ao cronograma, assim como imprevistos ocorrem dentro de nossa sociedade (demora na liberação de autorizações, liberação de recursos, etc.), ao mesmo tempo, na deles não é diferente.

Seja o carro ou o motor de barco que quebrou e, deste modo, o deslocamento para a aldeia fica impedido; seja porque faleceu alguém e, por consequência, a aldeia entra em luto e nossa atividade prevista fica suspensa; seja porque nosso recurso acabou sendo liberado fora da época prevista e, assim, a viagem para obter dados sobre o plantio da roça só pode ser feita na época da sua colheita; seja porque descobriram que está em curso o início da construção de uma usina hidroelétrica na região, e, portanto, reuniões, manifestações e viagens foram agendadas bem na época que tínhamos programado para a viagem de campo, e então recebemos a informação de que a maior parte das pessoas da aldeia não poderá comparecer; enfim, imprevistos.

Desse modo, mais do que cronograma, temos que estar focados em objetivos e tentar obter o máximo de informações que pudermos em cada momento, tomando o cuidado de manter sempre o respeito a eles, pois possuem sua dinâmica no dia a dia e não estão disponíveis ao nosso bel prazer. Somos estrangeiros com autorização de vivenciarmos e interagirmos com eles, dentro de limites conquistados que devem ser pautados pelo esforço e respeito.

Mas, em alguns casos, quando tudo que havíamos planejado para fazer não apresenta resultados, o melhor é relaxarmos e tentarmos construir melhor a relação com a comunidade! E, por incrível que pareça, é nesses momentos que muitas vezes nos deparamos com particularidades que clareiam muito nossas ideias de trabalho.

Qual é o custo e a disponibilidade de recursos?

O custo de um trabalho de campo, dependendo da localização, pode ser extremamente alto, principalmente em relação aos custos com deslocamentos, equipamentos e manutenção em campo. Assim, o velho ditado de dar o passo de acordo com o tamanho da perna é muito válido. Não adianta termos recursos para começar o projeto e depois não conseguirmos dar prosseguimento.

Nesse caso, é muitas vezes pior do que se fizéssemos um trabalho menor, pois combinar um trabalho com aquelas comunidades e depois não cumprirmos faz com que mais uma vez eles possam dizer que o que mais aprenderam na relação com nossa sociedade é de terem promessas não cumpridas.

Assim, uma dica muito útil para a construção de confiança com eles é de só prometermos o que realmente temos a certeza de conseguir cumprir. Prometer na hora para “ficar bem na fita”, só traz como consequência uma relação frágil.

Qual o tempo disponível para o trabalho de campo?

Como mencionado em outro item, o cronograma é algo muito mutável e, desse modo, normalmente gastamos mais tempo do que o previsto originalmente para conseguirmos completar o trabalho.

Como alguns dos trabalhos estão vinculados a bolsas e financiamentos, é sempre bom tentarmos encaixar o trabalho a esse tempo, sem ficarmos contando com uma renovação ou extensão dos prazos, para não corrermos o risco de precisar encerrar o trabalho sem termos conseguido desenvolver o que almejávamos, frustrando a nós mesmos e a comunidade.

Assim, é sempre bom prever níveis de atendimento de metas, a primeira numa situação ideal, em que tudo caminha de acordo com o previsto; outra média e outra com maiores impedimentos. Para cada uma delas, devemos focar objetivos e metas de resultados condizentes. Isso muitas vezes não é tão fácil transportar da teoria para a prática, mas uma boa elaboração neste ponto favorece o trabalho e pode ser a diferença entre termos poucos, mas bons dados, do que muitos dados incompletos.

Talvez o que possamos dizer é que, pela experiência, podemos perceber que muitas vezes a abordagem mais correta é pensar “menor” e, à medida que o trabalho ficar mais dinâmico, agregar ações paralelas para avolumar o trabalho, mas manter o foco e agir dentro da medida dos passos da perna. Esse ponto é extremamente válido, principalmente porque, por mais que pensemos em planejamento, nunca conseguimos prever todos os fatores, e apenas com o andar é que podemos realmente verificar como a dinâmica deverá ocorrer.

Eu tenho o perfil para o trabalho proposto?

Um fato crucial mais comum de ocorrer do que se imagina é a de uma pessoa querer trabalhar com uma comunidade tradicional, mas não ter perfil para isso. Ao assistirmos a um documentário sobre um trabalho em uma aldeia indígena, no conforto de nossa sala, é algo realmente encantador. Belas imagens! Música de fundo! Um mundo exótico, mais puro, a ser vislumbrado, “explorado”, por nosso espírito aventureiro.

Entretanto, para viver aquilo temos de estar preparados para as intempéries do tempo; estar preparados para sermos atacados por hordas de mosquitos (alguns dos quais transmissoras de doenças), muitas vezes presentes naquele mesmo tipo de paisagem bonita que assistimos no documentário, mas o som de fundo não é mais uma música agradável, mas pode ser a de uma muriçoca em nosso ouvido que não conseguimos eliminar.

A pessoa com perfil de trabalho de campo tem que estar preparada para sentir calor ou frio; muitas vezes fome e sede; ter maleabilidade em termos de dieta; se acomodar em instalações de conforto muitas vezes limitadas; fazer longas viagens a pé ou em transportes mais precários e sem conforto; abdicar de parte de sua privacidade, uma vez que não há como escondermos o que se estamos fazendo dentro de uma aldeia; adaptar nossos costumes de higiene a cada realidade local; arrumar e desarrumar bagagem; carregar peso; se machucar, enfim, ser capaz de se adaptar.

Uma dessas adaptações é o próprio tempo. Trinta dias no nosso cotidiano da cidade é algo que passa muito rápido, mas numa aldeia esse tempo se estende de maneira por vezes dolorida. Os dias são “maiores” no campo, e se a pessoa não estiver com a cabeça preparada, seja para produzir, seja para se integrar àquela realidade da comunidade, ela tende a se prostrar à medida que o tempo vai passando e a comida vai acabando; e o que era considerado exótico, agora começa a ser sofrimento (conforto, calor, higiene, comida).

Até mesmo a forma de relacionamento com a equipe de trabalho é algo a ser considerado. Muito já se repetiu que só conhecemos alguém verdadeiramente quando fazemos uma viagem e convivemos com ela por tempo integral por um dado período. Assim, aquelas características de cada um, que muitas vezes não percebemos no dia a dia ou não damos atenção, podem se apresentar como incômodo numa convivência de longo período no campo. E quanto mais difícil à situação e mais limitados os recursos, mais rapidamente e de forma mais intensamente aflorarão estas características de cada pessoa.

Assim, saber lidar com a diversidade de comportamentos das pessoas para conosco, no campo, assim como também ser uma pessoa que saiba se integrar ao grupo é uma premissa muito importante. Dessa forma, principalmente na primeira vez, é bom não programarmos um período de campo muito longo e, se possível, procurarmos ir com alguém que temos um relacionamento tranquilo.

Qual o nível de envolvimento da comunidade com o projeto?

Atrás de uma mesa de escritório pode-se elaborar uma série de projetos, atividades, projeções de cenários e soluções de problemas (reais ou imaginários). O papel aceita tudo! Mas o que realmente é factível (culturalmente e exequível) e, principalmente, necessário?

Em muitos casos, o resultado de um projeto fica muito aquém do programado porque foi feito segundo nossa interpretação, sem levar muito em conta se, inicialmente, o projeto realmente é uma demanda real da comunidade, ou pelo menos de parte dela, ou ainda se ele se encaixa na realidade cultural dos índios.

Em uma simples visita a uma aldeia, com nosso olhar cosmopolita, podemos listar uma infinidade de ações e projetos que podemos ali executar. Desde ações estruturais, ambientais, culturais, alimentares, políticas, econômicas, resgate, legais, ecoturísticas, cinematográficas, entre tantas linhas possíveis.

Mas o que é realmente demanda deles e o que são apenas ações que nós mesmos achamos necessário executar, de acordo com a nossa visão de mundo? Será que introduzir um cultivo mais produtivo é realmente necessário? Será que essa introdução não afetará outros componentes relacionados (desgaste do solo, introdução de pragas, modo tradicional de manejo, modo tradicional de preparo, resistência a fatores bióticos e abióticos, como pragas, resistência à seca)?

Por exemplo, os índios do Alto Xingu sempre plantaram mandioca tipo brava, com alto teor de ácido cianídrico, que é extremamente tóxico e pode causar a morte de quem consumi-la sem o devido preparo. E este preparo é algo tradicionalmente incorporado ao cotidiano milenar daqueles povos. A etapa de retirada do ácido cianídrico feita por eles é trabalhosa, mas muito eficiente.

Entretanto, em meados da década de 1980, com o intuito de minimizar a necessidade de trabalho de processamento da mandioca feita pelos índios, pessoas bem intencionadas introduziram variedades de mandioca tipo mansa, com baixo teor do ácido, para que eles pudessem consumi-la mais facilmente.

Foi um sucesso imediato, visto que não apenas tinham o esforço de trabalho diminuído, como também podiam consumir a mandioca de uma maneira diferente, diversificando os pratos alimentares disponíveis. Entretanto, em pouco tempo começaram a ocorrer casos de pessoas que consumiram mandioca brava sem processá-la, pensando que era do tipo mansa, e se intoxicaram. Em certos casos, parte de toda a família da casa morreu pela ação do veneno.

Rapidamente as lideranças se reuniram e baniram a mandioca mansa do Xingu. Hoje, por regra, toda mandioca é brava e deve seguir o processamento tradicional. Ainda deve haver tipos mansos por lá, mas na dúvida, são encaradas e tratadas como tipo bravo. Assim, por mais que nossa intenção seja humanamente boa, é muito fácil desestabilizar alguns componentes da teia cultural de uma comunidade.

Desse modo, saber filtrar e analisar as demandas encaminhadas, dentro do olhar da perspectiva cultural da comunidade, é um exercício necessário. Tentar projetar as consequências de nossas ações diretas e indiretas é um padrão que devemos seguir constantemente.

Para minimizar qualquer consequência não prevista e não ser responsabilizado por consequências indesejáveis, a discussão de cada ação deve ser amplamente feita com a comunidade, e a decisão final de realização ou não da ação deve partir deles, e não imposta. Aliás, a discussão com a comunidade é uma premissa básica de sucesso de qualquer projeto. Se eles não se sentirem parte do projeto, as atividades tendem a ser arrastadas e, por vezes, infrutíferas.

Ao contrário, se o projeto partir de uma ideia e demanda real da comunidade, em que apenas auxiliamos com metodologias, apoio técnico e recursos, e parte da comunidade seja participativa, neste caso o projeto tem chance muito maior de se sustentar e lograr resultados.

Mas mesmo as ideias que partem da comunidade devem ser filtradas a fim de se verificar qual é o impacto delas para os índios. Também é necessário verificar se toda a comunidade está de acordo com o projeto ou se é só uma parte das pessoas que apoia aquela ideia. E até projetos timbrados pelo aval da comunidade podem ser prejudiciais no futuro se não forem bem conduzidos.

Por exemplo, há algum tempo, uma aldeia do Xingu conseguiu captar um recurso para promover a criação de peixes em tanque rede na lagoa que fica à margem da aldeia. Foi algo demandado por eles, que conseguiram capitalizar, mas que previa a criação de espécies exóticas ao ambiente. Em termos ambientais é algo muito arriscado, pois pode, ao invés de ampliar a oferta de alimento, ter efeito oposto, acabando por desestabilizar o equilíbrio das outras espécies nativas.

O projeto ou o projeto?

O título deste item pode parecer estar errado, mas está correto e o motivo disso é o fato de que o conceito de projeto pode ter uma interpretação muito distinta, dependendo do lado de quem executa ou recebe a ação. Ou seja, de modo geral, o técnico tem uma ideia bem fechada e burocrática do que é um projeto: objetivo, material e métodos, metas, cronograma, orçamento e relatório.

Dependendo da fonte financiadora, o técnico tem um pouco mais de liberdade ou não para fazer ajustes no projeto, cujas limitações normalmente são maiores no que tange à destinação dos recursos financeiros (regras do que pode e o que não pode comprar ou pagar com o recurso).

Entretanto, para as comunidades indígenas, é muito comum um projeto ser interpretado como um recurso guarda-chuva, que sob sua égide podem-se pendurar suas diversas demandas, sejam elas diretamente vinculadas ao projeto mesmo ou demandas que a comunidade almeja ser atendida, mesmo não tendo nada a ver com o objeto do trabalho oficial.

Desse modo, na discussão do projeto com a comunidade, é essencial deixarmos muito claro não apenas o que desejamos realizar, mas também como o dinheiro captado será utilizado (incluindo a contrapartida que a comunidade determinou para autorizar a realização das ações, como, por exemplo: um barco; um gerador; combustível; consertos de bens e equipamentos da aldeia; valores de pagamento, caso sejam necessários, para membros da comunidade que participarem, como informantes, mateiros, barqueiros, entre outras funções que ocorram). É extremamente importante explicitarmos muito bem estes pontos para não sermos cobrados posteriormente.

Isso está dentro do bom senso?

Por último, talvez o que mais tenha de existir na diretriz básica, essencial para alguém que trabalhe com populações tradicionais, é o bom senso. Muitas serão as situações nas quais o que fazer naquele dado momento vai ser norteado muito mais pelo bom senso do que qualquer regra, conhecimento ou instruções adquiridas ao longo dos anos de escola. O que vale para um caso pode não valer para outro, exatamente porque o contexto é outro.

Ao mesmo tempo, não é porque fomos aceitos para executar um trabalho que passamos a ter direito a fazer o que bem entendermos. Um exemplo disso é quando obtemos autorizações para fotografar e registrar momentos do cotidiano da comunidade. Mesmo tendo recebido a autorização (formal ou oral) para fazer o registro de imagens, algumas situações não precisam ser registradas, seja porque são constrangedoras, seja porque está adentrando na intimidade da pessoa ou porque eles pediram para não registrar determinado momento; neste caso, não devemos insistir, mas sim respeitar.

Diante de uma situação em que não conhecemos qual o protocolo a seguir, principalmente em festas ou rituais coletivos, devemos aguardar e observar como os membros da comunidade se comportam. E, se ainda restarem dúvidas, perguntar o que devemos fazer, onde devemos ficar e o que podemos ou não fazer. Devemos observar e escutar mais. Não devemos impor nossa dinâmica e nosso atropelo de tentar avidamente sugar tudo do momento. Como uma vez ensinou um velho índio, no final de uma caminhada, pare um pouco antes para que sua alma possa alcançar o seu corpo. Então você pode dar o próximo passo rumo ao destino. Chegado ao fim deste artigo, podemos ver que esta linha de trabalho tem muito mais perguntas, dúvidas e incertezas do que respostas. Mesmo tais respostas, quando existirem, dificilmente serão únicas e conclusivas, e irão variar dependendo de cada pessoa.

Talvez a grande certeza que temos é de que necessitamos constantemente nos remodelarmos e nos adaptarmos a cada nova situação ou novo cenário. É um grande desafio, mas, na medida certa, é enriquecedor, não apenas no âmbito profissional, mas principalmente para nossa formação humana.

Esperamos que estas dicas possam ajudar àqueles que pretendem trilhar esta linha de trabalho, e mesmo para aqueles que já atuam, pois são reflexões reunidas e acumuladas com o tempo e vivência em um mundo por vezes surreal e, por isso mesmo, que nos ajuda a pensar e repensar nosso próprio mundo.

Referências

- BRASIL. Decreto nº 6.040 de 07 de Fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 08 fev. 2007. Seção 1, p. 316. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 14 out. 2012.
- BRASIL. **Funai**. Disponível em: <<http://www.funai.gov.br>>. Acesso em: 20 set. 2012.
- FREITAS, O. F. Indigenous populations: some peculiarities. In: ALBUQUERQUE, U. P.; CUNHA, L. V. F. C.; LUCENA, R. F. P.; ALVES, R. R. N. **Methods and techniques in ethnobiology and ethnoecology**. New York: Springer. 2014. p. 213-237.
- GUEDES, A. D. **Política nacional de desenvolvimento sustentável de povos e comunidades tradicionais: antecedentes**. Disponível em: <http://pt.scribd.com/doc/84693432/2007-Antecedentes-Da-PNPCT-Povos-e-Comunidades-Tradicionais>>. Acesso em: 10 out. 2012.



***Recursos Genéticos e
Biotecnologia***